



**À SEGES/GCL/CCL,**

Considerando as impugnações ao edital apresentadas, e notificação expedida pelo Tribunal de Contas, constantes no despacho de sequência n.º 86 dos autos;

Considerando os questionamentos realizados pela Pregoeira Municipal, constantes no despacho de sequência n.º 114;

Considerando as informações prestadas pela empresa de consultoria Modus Engenharia e pela área técnica da Gerência de Áreas Verdes;

Encaminhamos, de forma compilada, todas as respostas que seguem, para análise e prosseguimento do certame.

**1) DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA START CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**

**a) Quanto à exclusão do serviço de compostagem (2.2.1):**

A Impugnante requereu a inclusão do serviço de compostagem de resto de vegetais no rol de serviços contratados, sustentando que somente assim será realizada a destinação correta dos resíduos, bem como que o Município seria beneficiado com a adubação.

A compostagem permanece prevista no Projeto Básico, conforme consta nos itens 23.2.6.2 e 23.10.7.

Os resíduos resultantes da prestação do serviço de manutenção de áreas verdes serão encaminhados à Unidade de Transbordo de Vitória, administrada pela Gerência de Resíduos, Beneficiamento e Destinação, da Assessoria Especial da Central de Serviços, que, por discricionariedade da Administração, realizará a trituração ou compostagem, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.



**b) Quanto à alegada necessidade de inclusão de insumos em planilha apartada (2.2.3):**

A impugnante requereu que fosse feita planilha apartada de insumos, a fim de proporcionar melhor controle e aproveitamento de materiais utilizados para a composição da prestação de serviços.

As quantidades previstas no Projeto Básico foram estabelecidas a partir do acompanhamento sistemático feito pela equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente, realizando-se levantamento da média de insumos utilizados nos últimos anos.

Desse modo, a previsão de insumos em quantidades globais, como está relacionado na planilha de composição de custos, já atende o necessário à prestação de serviço pelo período a ser contratado, não havendo necessidade de constar tabela com oscilação de materiais e insumos.

**c) Quanto à mecanização (2.2.5):**

A impugnante sugeriu mudanças em equipamentos e inclusão de outros não previstos no Projeto Básico, diante de comprovado êxito em contratos similares, como a troca do caminhão com cabines operacionais por ônibus ferramentais com banheiro para deslocamento dos funcionários.

Com relação aos equipamentos, sugeriu-se a substituição das tesouras manuais por moto-aparadores para a realização de poda da cerca viva, além da inclusão de sopradores para varrição dos resíduos de roçada e capina.

A utilização de caminhão com cabines operacionais, com a ocupação de seis profissionais na cabine suplementar e três na cabine do veículo, incluindo-se o motorista, é suficiente para atendimento das equipes previstas para a execução no serviço, que se limitam a nove indivíduos, conforme itens 23.1.2.1, 23.2.4, 23.3.6.1 (dez equipes), 23.4.4.4.1 (duas equipes), 23.10.5 (cinco equipes).



Para estes casos, os ônibus ferramentais sugeridos não poderiam transportar insumos e resíduos gerados durante o trabalho das equipes, o que é possível com os caminhões.

Desse modo, atende-se à limitação imposta pelo Código de Trânsito Brasileiro, atendendo-se, na totalidade, o contrato.

A única exceção de equipe que excede nove indivíduos é a de poda de gramado e roçagem, para a qual está prevista a utilização de dois ônibus para o transporte dos trabalhadores, conforme item 23.9.13.

Nos canteiros do Município de Vitória não há quantitativo de cerca viva que justifiquem o uso de moto-aparadores e a previsão destes no Projeto Básico implicaria em impacto na composição de custos de 1 (um) operador e 1 (um) moto-aparador.

Atualmente tem se utilizado a tesoura manual para proceder à poda de cerca viva e o serviço vem sendo prestado de maneira satisfatória.

Desse modo, a previsão de equipamentos como moto-aparadores e sopradores irão gerar ônus desnecessário à prestação do serviço, razão pela qual a sugestão feita pela impugnante não será acolhida, mantendo-se o equipamento previsto no Projeto Básico.

**d) Quanto à idade dos veículos (2.2.6):**

A impugnante requereu a retificação da idade dos veículos de 05 (cinco) para 10 (dez) anos, sustentando que esta imposição é desarrazoada e poderia frustrar o caráter competitivo da licitação.

No entanto, considerando a vigência de 30 (trinta) meses do contrato, e a depreciação dos veículos no período, a idade dos veículos deve permanecer conforme descrito no Projeto Básico.



**e) Da alteração da nomenclatura das funções de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho (2.2.7):**

A impugnante sugeriu alteração das nomenclaturas utilizadas para as categorias profissionais previstas no Projeto Básico, para fins de adequação à Convenção Coletiva de Trabalho.

No que diz respeito à necessidade da presença de técnico agrícola – ao que sugere a impugnante a troca por encarregado – a área técnica informou que, em razão do desempenho do serviço de plantio de árvores e área livre, nos moldes do que está descrito no Projeto Básico, é necessário que o profissional possua conhecimento técnico para o corte de raízes, para que não seja feito de forma indevida.

Neste sentido dispõe o artigo 6º, do Decreto Federal n.º 90.922/1985 e Decisão n.º PL-0294/2003 do CONFEA, com o seguinte teor:

Ref. SESSÃO: Plenária Ordinária 1.316 DECISÃO Nº : PL-0294/2003  
PROTOCOLOS Nº : CF-1481/2000, CF-1482/2000, CF-3849/2000 e CF0771/2002 (Dossiê) INTERESSADOS : Crea-PR e Crea-ES  
EMENTA: Consulta. Profissionais habilitados a efetuar poda de árvores localizadas próximo a linhas energizadas na área urbana. Profissionais habilitados a efetuar poda de árvores. Relatório e Voto Fundamentado em Pedido de “Vista”. Aprovado. D E C I S Ã O O Plenário do Confea, apreciando o Relatório e Voto Fundamentado em Pedido de “Vista”, exarado pelo Conselheiro Federal Élbio Gonçalves Maich, relativo ao Dossiê em epígrafe, que trata de consultas do Crea-PR solicitando esclarecimentos de quais os profissionais habilitados a efetuar poda de árvores localizadas próximo a linhas energizadas na área urbana e do Crea-ES indagando quais os profissionais habilitados a efetuar poda de árvores; DECIDIU, por unanimidade, aprovar o Relatório e Voto Fundamentado em Pedido de “Vista”, apresentado pelo Conselheiro Federal Élbio Gonçalves Maich, o qual conclui que: 1) O profissional habilitado para se responsabilizar pela atividade de poda de árvores localizadas próximo à linhas energizadas na área urbana é o Engenheiro Agrônomo, ou Engenheiro Florestal, ou Técnico Agrícola ou Técnico Florestal, com a co-responsabilidade obrigatória de um Engenheiro Eletricista ou um Técnico em Eletricidade. 2) O profissional habilitado para se responsabilizar pela atividade de poda de árvores é o Engenheiro Agrônomo, o Engenheiro Florestal, o Técnico Agrícola ou Técnico Florestal. Presidiu a Sessão o Eng. Agrônomo ANTÔNIO ROQUE DECHEN. Presentes os senhores Conselheiros Federais ANTÔNIO BARBOSA TELES, ÉLBIO GONÇALVES MAICH, IARA MARIA LINHARES NAGLE, JOÃO DE DEUS OLIVEIRA DE AZEVEDO, JOSÉ QUEIROZ DA COSTA FILHO, LUIZ ALBERTO FREITAS PEREIRA, MANOEL ANTÔNIO DE ALMEIDA DURÉ, MARCOS DE SOUSA, MARIA DE NAZARETH DE SOUZA FRANÇA, MOACYR FREITAS DE ALMENDRA GAYOSO JÚNIOR, NILZA LUIZA VENTURINI ZAMPIERI, PAULO AMARO DO NASCIMENTO FILHO,



PAULO CELSO RESENDE RANGEL, ROBERTO RODRIGUES SIMON e WALTER LOGATTI FILHO. (disponível em <https://normativos.confea.org.br/ementas/imprimir.asp?idEmenta=10712&idTipos&idEmenta=10712&idTipos>)  
Cientifique-se e cumpra-se. Brasília, 27 de junho de 2003. Eng. Wilson Lang Presidente

Em relação às demais nomenclaturas das funções citadas, a saber, jardineiro operador e motorista de caminhão leve e pesado, segundo informou o consultor Modus Engenharia, para fins de composição de preços, o que importa é que o salário das funções esteja corretamente previsto.

Desse modo, não é necessário que haja alteração na planilha de composição, para previsão das nomenclaturas das funções conforme CCT.

**f) Dos valores previstos para a lavagem dos veículos (2.2.9):**

Aduz a impugnante que os custos previstos para a lavagem dos veículos são desproporcionais e estão desatualizados com relação ao que se pratica no mercado, requerendo a correção.

De acordo com as informações prestadas pela empresa de consultoria contratada, Modus Engenharia, na planilha de composição de custos está previsto tão somente o custo com insumos utilizados para a lavagem dos veículos.

Não é feita a previsão da prestação de serviços por terceiros (valor de venda), haja vista se considerar os custos da prestação de serviços por equipe própria, bem como água e energia empregados na atividade.

**g) Da rodagem dos pneus (2.2.10):**

A impugnante requer o recálculo dos custos previstos para a rodagem dos pneus, a fim de se adequar às reais capacidades de rodagem, conforme orientação da Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus.

Segundo informa a empresa de consultoria Modus Engenharia, a previsão dos custos relativos ao modelo dos pneus (sem câmara), e a vida útil destes, foi



realizado considerando informações da vida útil de pneus constantes da planilha da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP (<http://www.antp.org.br/planilha-tarifaria-custos-do-servico-onibus/planilhaexcel.html>) e da tabela do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes – GEIPOT ([http://geipot.gov.br/Estudos\\_Realizados/cartilha01/ANEXO%20I.htm](http://geipot.gov.br/Estudos_Realizados/cartilha01/ANEXO%20I.htm)).

Nesse sentido, a composição feita para a rodagem dos pneus está adequada à capacidade de rodagem relativa à prestação de serviços objeto do certame, não sendo necessário o recálculo.

**h) Da alegada desatualização dos salários da categoria dos Sindirodoviários (2.2.11):**

Sustenta a impugnante que os custos dos salários dos motoristas de caminhões leves e médios, integrantes da categoria dos sindirodoviários, foi feita conforme patamar salarial do ano de 2020, não estando atualizadas conforme a Convenção Coletiva de Trabalho vigente para o ano de 2021.

A Modus Engenharia afirmou que a tabela de composição de custos foi alterada para contemplar os salários atualizados para a categoria, de modo que o questionamento realizado foi acolhido.

**i) Da alegada desatualização do preço dos combustíveis (2.2.12):**

A impugnante requer a atualização da tabela no que diz respeito ao preço dos combustíveis, diante da defasagem ocasionada pela elevação vertiginosa dos preços praticados no mercado.

Conforme informação da Modus Engenharia, os valores utilizados referem-se aos preços praticados na data base das composições, portanto, não se torna viável que, a cada aumento de combustíveis, tenha-se que suspender uma licitação deste porte para que os cálculos sejam refeitos devido à defasagem dos preços orçados, sendo que há previsão no edital de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, conforme redação abaixo:



#### **CLÁUSULA NONA – DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO**

**8.1.** A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos no artigo 65, inciso II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente.

**8.2.** O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos neste Edital, em especial nas seguintes hipóteses:

- a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;
- b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de entrega dos envelopes e declarações complementares ou posterior à expiração da vigência do contrato;
- c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;
- d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;
- e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento.
- f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

Corroborando com o tema, o TCU assim se posicionou:

Não há óbice à concessão de reequilíbrio econômico-financeiro visando à revisão (ou recomposição) de preços de itens isolados, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993, desde que estejam presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual (teoria da imprevisão); e que haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos relevantes que possam impactar o valor do contrato.

Acórdão TCU nº 1.604/15 Plenário (Relator: Ministro Augusto Nardes).

Portanto, diante da imprevisibilidade no aumento dos combustíveis e considerando a previsão editalícia de Reequilíbrio, este custo na planilha não sofrerá alterações.

**j) Dos valores estimados para a aquisição de veículos (2.2.13):**



A impugnante requereu a retificação dos custos previstos para a aquisição dos veículos, sustentando que os montantes previstos na tabela de composição de custos são de até 20% (vinte por cento) menores que os praticados no mercado, o que onera de forma desproporcional a contratada, comprometendo o equilíbrio financeiro do contrato e, consequentemente, a execução dos serviços.

A empresa de consultoria Modus Engenharia afirmou que os valores utilizados para a composição dos custos referem-se aos preços praticados na data base das composições.

Dessa maneira, conforme Cláusula 9ª do Contrato, relativa ao equilíbrio econômico-financeiro e Acórdão n.º 1.604/2015 do Tribunal de Contas da União, citados no item acima, considerando a imprevisibilidade quanto ao aumento dos combustíveis e previsão editalícia, não haverá alteração relativa a este custo na planilha de composição.

**k) Dos serviços de poda e gramado (2.2.14):**

Requereu a impugnante que fosse feita a previsão, no Projeto Básico, de levantamento topográfico das áreas passíveis de execução dos serviços de poda e gramado.

A Prefeitura Municipal de Vitória possui o levantamento das áreas verdes no Plano Diretor de Arborização, estabelecido pelo Decreto Municipal n.º 17.699/2019, constante do Anexo Único, que pode ser acessado pelas empresas concorrentes no endereço eletrônico (<https://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2019/D17699.PDF>). O Plano Diretor de Arborização será disponibilizado às empresas concorrentes juntamente com o edital e os demais arquivos.

Consta do Plano Diretor de Arborização – PDA as áreas verdes totais do Município de Vitória, incluindo o maciço central e áreas de preservação ambiental.



Para fins de execução do contrato de manutenção de áreas verdes, o quantitativo especulado no Projeto Básico compreende somente as informações contidas no PDA a partir de seu Item 5 e seguintes, relativas às áreas verdes urbanas e de uso coletivo, praças, parques urbanos e naturais, alamedas etc.

## **2) DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA ABRELPE**

### **a) Da inconsistência quanto ao número de caminhões utilizados para a irrigação (Item 23.5):**

A impugnante solicitou esclarecimentos quanto à previsão divergente do número de caminhões a serem utilizados na irrigação: *“Item 23.5.5.1 e 23.5.6.1 faz referência a 18 caminhões, porém no item 23.5.5.2 faz referência a 16 caminhões (a planilha orçamentária considera 16 caminhões);”*.

O erro material no Projeto Básico foi corrigido, de modo a constar 16 (dezesesseis) caminhões nos itens apontados pela impugnante.

### **b) Da obscuridade relativa à idade máxima dos equipamentos a serem utilizados no tratamento fitossanitário (Item 23.7):**

Alega a impugnante que a idade máxima exigida para os equipamentos e maquinários listados no item 24.1.8.9 do Projeto Básico é divergente do exigido no item 23.7.12.

Restou esclarecido pela área técnica que os equipamentos aos quais se exige a idade máxima de 2,5 anos de uso são as bombas costal manual, ao passo que se exige idade máxima de 5 anos de uso para os equipamentos motorizados.

### **c) Da ausência de previsão do profissional supervisor previsto no Item 23.9 do Projeto Básico, na planilha orçamentária:**

A impugnante solicita correção da planilha orçamentária para que seja considerado o profissional supervisor exigido no item 23.9, relativo à poda de gramado e roçagem, na composição de custos.



Conforme informado pelo consultor contratado, Modus Engenharia, foi feita a consideração de um supervisor na composição dos custos da equipe de microtrator.

**d) Das alegadas inconsistências na planilha de composição de custos:**

**d.1) Da aba “Administração do Contrato”:**

A impugnante informa que foi previsto o custo de R\$231.509,56 (duzentos e trinta e um mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e seis centavos) mensais, não sendo possível identificar onde foi feito o rateio da despesa ou se ela foi incluída.

Conforme esclarecido pelo consultor Modus Engenharia, os custos com a Administração do Contrato foram considerados no BDI.

Para evitar quaisquer equívocos, a aba relativa à administração do contrato foi retirada da planilha de composição de custos.

**d.2) Dos custos com a administração local:**

Também foi questionado se estes foram incluídos no preço mensal dos serviços, sendo esclarecido pela Modus Engenharia que, assim como a Administração do Contrato, estes foram considerados no BDI.

**d.3) Quanto às inconsistências identificadas em relação ao Item 1.1. Mudanças pequenas > 1,8 < 3,9m em área pavimentada:**

Foi verificado pela impugnante que foi previsto 0,10 relativo ao caminhão, sem a previsão de 0,10 do veículo a ser operado.

Também houve previsão de 95 unidades de mudanças pequenas na planilha, enquanto no Projeto Básico consta o quantitativo de 96 unidades.

O Consultor Modus Engenharia informou que foi procedida à correção das composições, sendo incluído o quantitativo de 0,10 relativo ao caminhão com braço mecânico hidráulico (Munck).



Com relação às mudas, a quantidade correta é de 96 unidades, conforme consta do item 23.1.3.1.2, relativo à média de plantios para a modalidade.

**d.4) Quanto às inconsistências identificadas em relação ao Item 1.2. Mudas pequenas > 1,8 < 3,9m em área não pavimentada:**

Foi verificado pela impugnante que foi previsto 0,10 relativo ao caminhão, sem a previsão de 0,10 do veículo a ser operado.

O Consultor Modus Engenharia informou que foi procedida à correção das composições, sendo incluído o quantitativo de 0,10 relativo ao caminhão com braço mecânico hidráulico (Munck).

**d.5) Quanto às inconsistências identificadas em relação ao Item 1.3. Mudas pequenas < 1,5 em áreas ajardinadas/parques/reflorestamento:**

Foi verificado pela impugnante que foi previsto 0,10 relativo ao caminhão, sem a previsão de 0,10 do veículo a ser operado.

O Consultor Modus Engenharia informou que foi procedida à correção das composições, sendo incluído o quantitativo de 0,10 relativo ao caminhão com braço mecânico hidráulico (Munck).

**d.6) Quanto à inconsistência relativa à quilometragem e o quantitativo relativo caminhão com braço mecânico hidráulico previsto no Item 1.4. Mudas grandes > 4,0m (ud):**

A impugnante afirma que está constando na planilha a quilometragem rodada de 1134 km/mês para o caminhão com braço mecânico hidráulico (quantidade usada durante o mês inteiro), mas o quantitativo desse caminhão é de apenas 0,10 (a quilometragem deve ser revista, pois apenas será utilizado 10% do caminhão).

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item, para constar o previsto no Projeto Básico.



**d.7) Quanto à alegada divergência entre o Projeto Básico e planilha, relativa à metragem do barbante plástico previsto para o Item 23.1.3.1.5:**

No projeto básico (subitem 23.1.3.1.5) consta apenas 10 m de barbante plástico, mas na composição consta 110 m para este barbante.

Deve ser considerado o previsto no Projeto Básico, conforme Item 23.1.3.1.5, sendo correto os 10m, de modo que a planilha foi corrigida.

**d.8) Quanto às inconsistências identificadas em relação ao Item 1.5. Replântio de mudas (ud):**

Foi verificado pela impugnante que quanto ao Item 1.5. Replântio de mudas (ud): consta 0,10 motorista de caminhão, mas não consta o 0,10 do caminhão a ser operado.

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item, para constar o previsto no Projeto Básico.

**d.9) Da ausência de previsão de profissional operador dos equipamentos previstos no Item 2.15. Árvores em Área de Risco (ud):**

Verificou-se que na composição de custos do edital consta 01 martele rompedor e 01 gerador de energia, mas não está sendo considerado pedreiro/auxiliar de pedreiro para operação deste.

Deve ser desconsiderado a necessidade do martele e o gerador, tendo em vista que nos locais de área de risco, as retiradas ocorrerão na modalidade corte raso (sem retirar raízes), sendo corrigida a composição de custos relativa a este item pelo Consultor Modus Engenharia.

**d.10) Da divergência do tipo dos veículos relativos ao Item 3.1 – Paisagismo:**

No subitem 23.3.6.2 do projeto básico consta 10 caminhões leves com carroceria  $\frac{3}{4}$  com cabine, mas na composição de custos do edital consta 10 caminhões baús.



Na planilha de composição de custos, Item 3. Paisagismo, foi feita a previsão, no subitem 3.1.3.1 de 10 (dez) caminhões leve com carroceria  $\frac{3}{4}$ , sendo realizado o ajuste para fazer constar a disponibilidade para transportar seis trabalhadores.

**d.11) Da previsão de jardineiro operador de motopoda no Item 4.2. Manutenção de Parques:**

Constatou-se que na planilha de composição de custos, foi considerado o profissional jardineiro operador de motopoda quando da previsão dos vencimentos mensais, contudo no Projeto Básico, para a execução deste serviço, se exigiu o equipamento roçadeira lateral, de modo que a impugnante requer a adequação da planilha para fazer constar “jardineiro operador de roçadeira”.

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item.

**d.12) Da divergência relativa ao quantitativo de veículos no Item 5.1.1. Irrigação – Período Diurno (carro-pipa x dia útil):**

Sustenta a impugnante que na planilha orçamentária consta o quantitativo de 370,00 carro-pipa x dia útil por mês, mas na composição de custos do edital o valor total mensal está sendo dividido por 403,24 carro-pipa x dia útil por mês, o que importa em diminuição do valor global do serviço, razão pela qual se requer a correção.

Conforme informado pelo consultor Modus Engenharia, o quantitativo de 403,24 corresponde à ponderação do carro-pipa durante o período de trabalho, isto é, 16 veículos x 25,2 dias úteis = 403,24. Sendo assim, na planilha resumo está dividido em 2 itens produtivo 370,98 e a disposição 32,26. (370,98+32,26= 403,24).



**d.13) Das divergências relativas ao Item 6. Produção de mudas (equipe x dia):**

**d.13.1) Insumo “supersimples” previsto no Projeto Básico e não previsto na composição;**

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item, para constar o previsto no Projeto Básico.

**d.13.2) Requerimento de correção da composição de custos relativos aos insumos previstos no Item 23.4.15 do Projeto Básico, não identificados no Item 3. Resumo dos custos na planilha:**

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item, para constar o previsto no Projeto Básico.

**d.14) Da divergência de veículos considerados para o Item 8.2. Área livre – 2 – Considerando a não execução de calçamento (ud):**

Questionou a impugnante: “na composição de custos do edital estão sendo considerados 2 caminhões para esse item de serviço e somente 1 único motorista (conforme quadro abaixo). Qual o correto? 2 motoristas e 2 caminhões ou 1 motorista e 1 caminhão?”.

O Consultor Modus Engenharia informou que na composição de custos foram considerados dois motoristas, conforme Projeto Básico.

Foram constatadas as divergências nas informações, de modo que foi feita a alteração na planilha de composição de custos, a fim de adequá-la ao Projeto Básico, com a previsão de 2 (dois) pedreiros, sendo 01 (um) por equipe; 4(quatro)ajudante de pedreiro, sendo 2 (dois) por equipe; 2 (dois) técnicos agrícolas, sendo 1 (um) por equipe; 2 (dois) motoristas de caminhão leve com cabine, sendo 1 (um) por equipe

**d.15) Da alegada desatualização dos salários da categoria dos Sindirodoviários:**



Sustenta a impugnante que os custos dos salários dos motoristas de caminhões leves e médios, integrantes da categoria dos sindirodoviários, foi feita conforme patamar salarial do ano de 2020, não estando atualizadas conforme a Convenção Coletiva de Trabalho vigente para o ano de 2021.

A Modus Engenharia afirmou que a tabela de composição de custos foi alterada para contemplar os salários atualizados para a categoria.

**e) Dos Atestados de Capacidade Técnica;**

A impugnante sugere que o Edital deve resguardar uma garantia/experiência técnica mínima que demonstrem que a empresa atenderá de forma satisfatória o serviço licitado.

Indubitavelmente, observa-se que o edital, buscando um serviço satisfatório, delimitou o que a licitante, para demonstrar sua perícia no objeto da licitação, apresentará no Atestado de Capacidade Técnica: I. Execução de serviço de arborização (plantio, retirada, poda e área livre); II. Execução de serviços de poda de gramado; III. Execução de Serviços de manutenção e implantação de jardins; IV. Execução de serviço de irrigação.

Ademais, ao permitir a apresentação de mais de um atestado, o setor técnico irá averiguar se os quatro serviços foram prestados concomitantemente, mesmo que para contratantes diferentes.

**f) Regras para a circulação de veículos:**

A impugnante argumentou descumprimento de normas de trânsito no que diz respeito ao número de ocupantes dos veículos.

O Projeto Básico foi alterado para adequar-se às normas de trânsito, alterando-se a planilha de composição de custos para prever cabine com capacidade de 6 pessoas, para os serviços de poda de gramado e roçagem foi considerado 2 (dois) ônibus para o transporte do pessoal.



### **3) DOS QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS PELA EMEC OBRAS E SERVIÇOS**

#### **a) Do ônibus ferramental com banheiro:**

A impugnante sustentou a inadequação do Projeto Básico no que diz respeito aos veículos utilizados como meio de transporte para os trabalhadores, com lotação estimada entre 08 (oito) e 14 (quatorze) passageiros, com o Anexo III da Portaria n.º 681/2020, do Ministério da Infraestrutura.

Informamos que o Projeto Básico e, conseqüentemente, a planilha de composição de custos, foram retificados para adequação à normativa.

#### **b) Da poda de cercas vivas:**

Foi sugerido pela impugnante a substituição das tesouras manuais, previstas no Projeto Básico para a realização da poda de cercas vivas, por moto-aparador, considerando que o primeiro equipamento demandaria maior mão-de-obra para a execução dos serviços.

Nos canteiros do Município de Vitória não há quantitativo de cerca viva que justifiquem o uso de moto-aparadores e a previsão destes no Projeto Básico implicaria em impacto na composição de custos de 1 (um) operador e 1 (um) moto-aparador.

Atualmente tem se utilizado a tesoura manual para proceder à poda de cerca viva e o serviço vem sendo prestado de maneira satisfatória.

Desse modo, a previsão de equipamentos como moto-aparadores e sopradores irão gerar ônus desnecessário à prestação do serviço, razão pela qual a sugestão feita pela impugnante não será acolhida, mantendo-se o equipamento previsto no Projeto Básico.

#### **c) Dos caminhões-pipa:**

A impugnante requereu a substituição dos caminhões-pipa de 8.000L por 16.000L, argumentando que em grandes avenidas e altas demandas de



irrigação, a capacidade de armazenamento prevista no Projeto Básico não supre a necessidade volumétrica.

Ocorre que veículos com peso bruto total (pbt) entre 16 (dezesseis) e 45 (quarenta e cinco) toneladas estão proibidos de trafegarem no Município de Vitória, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 16.243/2015.

Além disso, tendo em vista que há localidades em que o caminhão precisa se sobrepor aos canteiros, os veículos com este peso bruto total importariam em danificar as vias e calçadas dos parques.

Assim, a substituição dos veículos conforme requerido pela impugnante não é possível, considerando as normas municipais e os possíveis impactos causados pelos veículos sugeridos.

#### **4) DOS QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS NO PORTAL DE COMPRAS:**

**a) “Na Planilha de Custo, na ABA PAISAGISMO, consta na linha 104 - 2.1. CAMINHÃO BAU LEVE COM CAPACIDADE DE 14 PESSOAS Aonde se lê BAU seria CABINE SUPLEMENTAR para 12 pessoas?”**

A equipe técnica informou que foi alterada a planilha de composição, com a previsão de caminhão carroceria com cabine para 06 (seis) pessoas.

**b) “Solicito esclarecimento sobre a periculosidade dos cargos operador de motosserra e motopoda, pois o valor foi calculado sobre o salário-mínimo da categoria (R\$ 1.272,12) e entendemos que o mesmo deveria ser feito no salário base do cargo (R\$ 1.530,83), nosso entendimento está correto? Os valores previstos na CCT como auxílio creche e odontológico devem ser cotados?”**

O adicional de periculosidade deve ser cotado com base no salário-mínimo da categoria, em razão do que dispõe a Cláusula 11ª do acordo coletivo.



Com relação ao auxílio-creche, a Cláusula 15ª da Convenção Coletiva de Trabalho possui a seguinte redação:

Fica assegurado às trabalhadoras o pagamento do valor de 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria previsto na Cláusula 3ª deste instrumento por mês, a título de Auxílio Creche, a partir do 1º (primeiro) mês de retorno ao trabalho após a licença maternidade, até o 8º (oitavo) mês de nascimento do filho, extensivo ao empregado viúvo, limitando-se este benefício para quem recebe até o piso salarial constante da Cláusula Terceira.

Tendo isto em vista, no Município de Vitória, todos os trabalhadores recebem acima do piso da categoria, não incidindo referido benefício. Portanto o auxílio-creche não é considerado para a composição dos custos.

Com relação ao auxílio odontológico, não há a previsão deste direito em nenhuma das convenções coletivas que devem ser observadas para fins de composição dos custos.

Neste sentido, fica ao critério da empresa a cotação destes benefícios.

**c) No caso das equipes de trabalho, a quantidade prevista como exemplo: a do paisagismo necessariamente deverá ser a quantidade prevista no termo de referência ou poderá ser subdimensionada de acordo com a necessidade da Prefeitura, ao invés de 10 equipes, 08 ou 05?**

O quantitativo de equipes previsto no Projeto Básico é o necessário para a prestação de serviço em todo o município, devido ao quantitativo de áreas ajardinadas.

Assim, o quantitativo não poderá ser subdimensionado, devendo ser observada a composição de equipes nos seguintes moldes: 07 (sete) jardineiros, 01 (um) supervisor/encarregado e 01 (um) motorista.

**d) “Os serviços sob demanda como poda do gramado deverá conter a equipe mínima de trabalho prevista no termo de referência, mesmo quando for solicitado uma quantidade menor do que a prevista mensalmente?”**



Não, pois a medição do item relativo à poda de gramado é feita com base na metragem quadrada x mês. Conforme consta do Item 23.9.19, o critério de medição independe do número de homens e equipes, de modo que a demanda pode ser alterada a critério da contratante.

**e) “O órgão cederá alguma área para guardar os caminhões? Em relação a equipe da administração local, será cedido algum local?”**

A contratante não cederá qualquer área, seja para guarda de veículos ou para equipe de administração.

**f) “Os valores de PIS/COFINS estão abaixo do percentual previsto em lei, qual cálculo foi utilizado?”**

Os valores de PIS/COFINS considerados no cálculo de BDI ~~levam em~~ tomam por base o valor líquido dos tributos. Dessa maneira, são descontados, para este fim, os créditos dos insumos adquiridos.

**g) “Em relação à administração local, a empresa deverá fornecer todas as funções previstas na planilha de custo, com quantidade e valores estipulados?”**

Conforme esclarecido pelo consultor Modus Engenharia, os custos com a Administração do Contrato foram considerados no BDI.

Para evitar quaisquer equívocos, a aba relativa à administração do contrato foi retirada da planilha de composição de custos.

**h) “Boa parte dos cargos previstos na administração local não estão previstos na CCT de limpeza, dessa forma, a empresa pode alterar os valores cotados?”**

Conforme esclarecido pelo consultor Modus Engenharia, os custos com a Administração do Contrato foram considerados no BDI.

Para evitar quaisquer equívocos, a aba relativa à administração do contrato foi retirada da planilha de composição de custos.



PREFEITURA DE VITÓRIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMAM  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Esta Secretaria permanece à disposição para outros esclarecimentos.

Respeitosamente,

**TARCISIO JOSÉ FÖEGER**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

**YURI BRITO RAMOS SALES**

Gerente de Áreas Verdes

**RONALDO NASCIMENTO SIMÕES**

Coordenador de Arborização e Paisagismo